

## **PROJETO DE LEI Nº 29/2022**

### **Cria o Programa de Cadastramento Municipal de Áreas de Risco Habitacional.**

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo obrigado a criar o **Programa de Cadastramento Municipal de Áreas de Risco Habitacional** para identificação, mapeamento e análise do perfil de cada moradia, visando o direcionamento de políticas públicas que permitirão o gerenciamento dos riscos proporcionando tomadas de ações mais assertivas.

§1º. Do cadastramento das moradias constarão, no mínimo, os seguintes riscos a ques estão submetidas:

- I. processos de instabilização de taludes (deslizamentos naturais ou induzidos e processos correlatos);
- II. solapamentos ou erosão de encostas;
- III. processos de inundação e erosão de margem;
- IV. ruptura de estruturas danificadas;
- V. vulnerabilidade da ocupação por nível de adensamento, posição no terreno e padrão construtivo.

§2º. O Programa realizar-se-á de forma contínua e ininterrupta.

§3º. Um mapa infográfico em tempo real, com os riscos categorizados por região, deverá ser disponibilizado no sítio eletrônico da Prefeitura.

**Art. 2º.** O Poder Executivo terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação desta lei para implementação do programa.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 03 de março de 2022

**Gleison Fernandes de Faria**

*Vereador*

### **Justificativa**

O presente projeto de lei tem como objetivo identificar, quantificar e qualificar as áreas de risco habitacional com vistas de tomar ações de proteção a vida dos nossos munícipes.

Espera-se que com a criação Programa de Cadastramento Municipal em Áreas de Risco Habitacional haja um avanço considerável do Poder Executivo neste tema tão relevante sendo este Programa a ferramenta de entrada de dados para a elaboração do **Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR)**.

Importante salientar que a Lei Federal 12.608/2012 estabelece aos municípios a responsabilidade de executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC em âmbito local. É preciso estudar as áreas de risco, de forma a mapear os pontos mais críticos e apontar quais problemas podem acontecer em cada local, como enchentes e deslizamentos

Diante do exposto, apresento este projeto de lei, solicitando, desde já, o apoio dos meus nobres Pares para sua aprovação.

**Gleison Fernandes de Faria**

*Vereador*